

RECURSO ESPECIAL nº 1766987 - DF (2018/0238091-2)

RELATOR : MIN. MOURA RIBEIRO

RECORRENTE : EDITORA GLOBO S/A
ADVOGADOS : JOSÉ PERDIZ DE JESUS - DF010011
: RODRIGO NEIVA PINHEIRO E OUTRO(S) - DF018251
RECORRENTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : RICARDO TAVARES BARAVIERA E OUTRO(S) - DF014519
RECORRIDO : FRANCENILDO DOS SANTOS COSTA
ADVOGADO : WLICIO CHAVEIRO NASCIMENTO - GO015702

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. REAUTUAR COMO RECURSO ESPECIAL PARA MELHOR EXAME DA CONTROVÉRSIA.

DECISÃO

FRANCENILDO ajuizou contra a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) e a EDITORA GLOBO S.A. (EDITORA GLOBO) ação de indenização por danos morais, decorrente de quebra de sigilo bancário e divulgação de matéria ofensiva na Revista Época.

O Juízo Federal julgou improcedente o pedido em relação a EDITORA GLOBO e parcialmente procedente o pedido contra a CEF, para condená-la ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

CEF e FRANCENILDO apelaram.

A apelação de FRANCENILDO não foi recebida em razão da sua intempestividade, tendo sido determinada o seu desentranhamento (e-STJ, fl. 862). Contra referida decisão não houve recurso, sendo certificado o transcurso do prazo (e-STJ, fl. 864).

Remetidos os autos ao TRF da 1ª Região, o Relator converteu o julgamento em diligência, determinando a inclusão da EDITORA GLOBO na autuação e nos demais assentamentos cartorários, para fins de regular intimação e apresentação de contrarrazões (e-STJ, fl. 870).

Apresentadas contrarrazões pela EDITORA GLOBO (e-STJ, fls. 881/895).

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região a) não conheceu do agravo retido interposto por FRANCENILDO, à míngua de cumprimento do art. 523, § 1º, do CPC/73, já que a apelação por ele manejada não foi recebida; b) afastou, de ofício, a conexão entre as ações, determinando a devolução dos autos relativos a EDITORA GLOBO ao Juízo da 14ª Vara da Circunscrição Judiciária de Brasília/DF; e, c) deu parcial provimento ao recurso da CEF para fixar os danos morais em R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), nos termos da ementa a seguir transcrita:

CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. DIVULGAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DE CONTA POUPANÇA MANTIDA EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. REPARAÇÃO POR DANO MORAL. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. AGRAVO RETIDO. NÃO CONHECIMENTO.

I - Não se conhece de agravo retido quando não consta, nas razões ou nas contrarrazões do apelo, pedido expresso para sua apreciação (CPC, art. 523, §1º), como no caso.

II - A reunião de processos por conexão, como forma excepcional de modificação de competência, só tem lugar quando as causas supostamente conexas estejam submetidas a juízos, em tese, competentes para o julgamento das duas demandas. Hipótese inócurre, na espécie destes autos.

III - Nos termos do inciso X do art. 5º da Constituição Federal, "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação", dispondo, ainda, o art. 1º da Lei Complementar n.º 105, de 10 de janeiro de 2001, que "as instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados".

IV - Na visão luminosa da Suprema Corte "como se sabe, o direito à intimidade - que representa importante manifestação dos direitos da personalidade - qualifica-se como expressiva prerrogativa de ordem jurídica que consiste em reconhecer, em favor da pessoa, a existência de um espaço indevassável destinado a protegê-la contra indevidas interferências de terceiros na esfera de sua vida privada. Daí a correta advertência feita por CARLOS ALBERTO DI FRANCO, para quem "Um dos grandes desafios da sociedade moderna é a preservação do direito à intimidade. Nenhum homem pode ser considerado verdadeiramente livre, se não dispuser de garantia de inviolabilidade da esfera de privacidade que o cerca". Por isso

mesmo, a transposição arbitrária, para o domínio público, de questões meramente pessoais, sem qualquer reflexo no plano dos interesses sociais, tem o significado de grave transgressão ao postulado constitucional que protege o direito à intimidade, pois este, na abrangência de seu alcance, representa o "direito de excluir, do conhecimento de terceiros, aquilo que diz respeito ao modo de ser da vida privada" (HANNA ARENDT). É certo que a garantia constitucional da intimidade não tem caráter absoluto. Na realidade, como já decidiu esta Suprema Corte, "Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimam, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição" (MS 23.452 -RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO). Isso não significa, contudo, que o estatuto constitucional das liberdades públicas - nele compreendida a garantia fundamental da intimidade - possa ser arbitrariamente desrespeitado por qualquer órgão do Poder Público". (Medida Cautelar em MS 23669, Rei. Mm. CELSO DE MELLO, Decisão publicada no DJ nº 74 do dia 17/04/2000).

V - Se não é dado a ninguém cometer deslizes com a honra alheia e aos agentes do poder público impõe-se, com ênfase, o dever ético de zelar pela dignidade da pessoa humana, o dano moral que daí resulte, em plexo de sofrimento, dor, mágoa e tristeza injustamente imposta ao demandante, com repercussão familiar e social, alcança-lhe os direitos da personalidade, protegidos pela gala constitucional, a exigir, na espécie, uma indenização compensatória, feito lenitivo para uma situação irreparável, nos limites da razoabilidade, posto ser inestimável o pretium doloris, em casos que tais.

VI - Na hipótese dos autos, caracterizada a quebra indevida do sigilo bancário do suplicante, revelada pela informação a terceiros, desprovida de previsão legal, acerca da movimentação ocorrida na sua conta poupança mantida em instituição financeira (Caixa Econômica Federal), impõe-se a reparação por danos morais, nos termos do referido dispositivo constitucional, do art. 186 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002) e do art. 14, caput, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

VII - A orientação jurisprudencial já sedimentada no âmbito de nossos tribunais é no sentido de que, inexistindo parâmetro legal definido para a fixação do valor da indenização por dano moral, como no caso, deve o mesmo ser quantificado segundo os critérios da proporcionalidade, moderação e razoabilidade, submetidos ao prudente arbítrio judicial, com observância das peculiaridades inerentes aos fatos e circunstâncias que envolvem

o caso em exame, não podendo, contudo, ser ínfimo, para não representar uma ausência de sanção efetiva ao ofensor, nem excessivo, para não constituir um enriquecimento sem causa em favor do ofendido.

VIII - Na hipótese dos autos, sopesadas tais circunstâncias, notadamente a situação financeira das partes e a finalidade da quebra indevida do sigilo fiscal, afigura-se razoável a quantia de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), que, embora não sendo suficiente para a composição da situação irreparável decorrente do dano (eis que a honra não tem preço), atenua a dor e o sofrimento suportados pelo demandante.

IX - Apelação da Caixa Econômica Federal parcialmente provida (e-STJ, fls. 936/938).

Os embargos de declaração opostos pela EDITORA GLOBO foram desprovidos (e-STJ, fls. 1.022/1.029).

O pedido formulado pela CEF de transcrição das notas taquigráficas foi indeferido por decisão monocrática do Relator Desembargador, decisão que foi mantida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. TRANSCRIÇÃO DE NOTAS TAQUIGRÁFICAS. REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. RELEVÂNCIA DOS PRONUNCIAMENTOS ORAIS NÃO DEMONSTRADA. DESNECESSIDADE.

I - Nos termos do art. 194, caput, do Regimento Interno Tribunal Regional Federal da 1ª Região, "as conclusões do Plenário, da Corte Especial, da Seção e da Turma, em suas decisões, constarão de acórdão, no qual o relator poderá se reportar às notas taquigráficas do julgamento, de que farão parte", dispondo, ainda, o art. 199 da norma regimental, que "em cada julgamento, as notas taquigráficas, se for o caso (art. 47, § 5º, deste Regimento), registrarão a discussão, os votos fundamentados, bem como as perguntas feitas aos advogados e suas respostas", sendo que, "prevalecerão as notas taquigráficas se seu teor não coincidir com o do acórdão" (§ 1º).

II - Na hipótese dos autos, ausente a demonstração da relevância dos pronunciamentos orais, para fins de compreensão do exato sentido e alcance do acórdão, afigura-se desnecessária a pretendida transcrição e juntada dos debates levados a efeito por ocasião do julgamento do recurso de apelação interposto, tomado pela unanimidade dos membros integrantes da Turma julgadora. Precedentes.

III - De ver-se, ainda, que, diante anterior interposição, pelas promovidas, de recurso especial, ainda pendente de

admissibilidade, a pretendida juntada das aludidas notas taquigráficas afigura-se inócua, em face do fenômeno da preclusão consumativa.

IV - Agravo regimental desprovido. Decisão mantida (e-STJ, fl. 1.075).

Irresignada, a EDITORA GLOBO interpôs recurso especial, com base no art. 105, III, alínea *a*, da CF/88, apontando violação dos arts. 113, 467, 474 e 535, II, do CPC/73, sob o argumento de (1) omissão no julgado acerca do trânsito em julgado da sentença; e, (2) impossibilidade de anular sentença transitada em julgado.

A CEF interpôs recurso especial, ratificando as razões do recurso anteriormente manejado, no tocante ao *quantum* indenizatório, e acrescentando a violação do art. 7º, II, da Lei nº 12.527/2001, sob o argumento de que tem direito às notas taquigráficas e demais transcrições ou áudios e vídeos, uma vez que tais elementos são documentos de posse de um órgão do Judiciário.

FRANCENILDO, por sua vez, interpôs recurso especial adesivo com fundamento no art. 105, III, alínea *a*, da CF/88, apontado violação ao art. 944 do CC/02, e alegando que o valor fixado a título de dano moral deve ser majorado, alcançando uma compensação equivalente à dimensão da lesão por ele sofrida e capaz de punir o seu ofensor.

Contrarrazões apresentadas por FRANCENILDO e pela CEF (e-STJ, fls. 1.099/1.110 e 1.132/1.139, respectivamente).

O recurso especial interposto pela EDITORA GLOBO foi admitido, e os interpostos pela CEF e FRANCENILDO foram inadmitidos.

A CEF, então, articulou agravo refutando o fundamento de inadmissão de seu apelo nobre.

É o relatório.

Para melhor exame da controvérsia, CONHEÇO do agravo da CEF para DETERMINAR A SUA AUTUAÇÃO COMO RECURSO ESPECIAL, nos termos do art. 253, inciso II, alínea *d*, do RISTJ (com a redação dada pela Emenda Regimental nº 16, de 2014).

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO
Relator

